



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 1062/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 2369/2013 (05 Volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas-IDAM.

4- Exercício: 2012.

5- Responsáveis: Sr. Edimar Vizolli, Diretor Presidente do IDAM e o Sr. Ordival Leite Rubim Filho, Diretor Administrativo-Financeiro.

6- Unidade Técnica: DICA/AM – Informação nº. 21/2015 (fls. 815/818).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 717/2015-MP-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador Geral (fls. 676/678).

8- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas-IDAM. Exercício de 2012.

Contas regulares com ressalvas. Recomendações ao Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas-IDAM.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar regular, com ressalvas, a Prestação de Contas Anual do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas, relativas ao exercício de 2012, sob responsabilidade dos Srs. Edmar Vizolli, Diretor Presidente e Ordival Leite Rubim Filho, Diretor Administrativo- Financeiro, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, e art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/02-TCE/AM;

9.2- Recomendar ao Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas-IDAM, que cumpra com mais rigor as determinações contidas nos dispositivos legais abaixo transcritos:

9.2.1- Parecer do Conselho Deliberativo e/ou do Conselho Fiscal que se devam pronunciar sobre as contas, Resolução nº 05/90;

9.2.2- art. 4º, § 4º, da Resolução nº 07/02-TCE no que tange a divergências de informações por meio magnéticos (ACP captura);

9.2.3- Artigo 4º, inciso I, do Decreto nº 16.396/94;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 1062/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.2.4- Artigo 37, inciso II, da CF/88 que trata do sistema de controle interno.

9.2.5- As exigências dos princípios contábeis da oportunidade e competência quanto à tempestividade do registro do fato relatado.

9.3- Dar quitação aos responsáveis, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

10- Ata: 45ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 16 de dezembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julião Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral